

# O NOVO SUPERSIMPLES

LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 2016



# O NOVO SUPERSIMPLES

LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 2016



## **APRESENTAÇÃO**

m outubro de 2016, foi sancionada a Lei Complementar nº 155, que alterou diversas disposições das regras que instituíram o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Entre as principais mudanças está a redução do número de tabelas, de seis para cinco anexos, sendo três para serviços, um para comércio e um para a indústria. A quantidade de faixas de faturamento também foi reduzida de vinte para seis.

Outro ponto importante foi o enquadramento do setor de serviços em tabela com alíquotas diferenciadas pelo tamanho da folha salarial para alguns setores, que deverá ser igual ou superior a 28% em relação à receita bruta para recolher por uma alíquota menor.

Destaque também para a inclusão das relações de consumo no critério da dupla visita, garantindo o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Com um conteúdo de 11 artigos, as vigências da nova Lei ficaram divididas em várias disposições, sendo uma delas já na data de publicação. Outra parte entrou em vigor em 1º de janeiro de 2017, e as demais, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Publicado em duas datas, no dia 28 de outubro e no dia 29 de dezembro, sendo que a segunda publicação veio com dispositivos promulgados pelo Congresso Nacional que anteriormente tinham sido vetados pelo Executivo, esse texto introduziu a instituição do Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas e suas características.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) destaca que a Lei Complementar nº 155/2016 é um importante marco para o desenvolvimento econômico e social dos pequenos negócios no Brasil, gerando emprego e renda. Do total de estabelecimentos no Brasil, 98% são micro e pequenas empresas, que respondem por 52% dos empregos gerados.

Uma empresa pode começar pequena e crescer ao longo do tempo, e as alterações que vêm sendo realizadas pelo Governo a partir da implementação de políticas públicas voltadas para essas em6 . Cartilha do novo supersimples | lei complementar Nº 155, de 2016

presas já é um grande passo. É preciso criar um ambiente propício ao desenvolvimento dos pequenos negócios.

E para darmos início ao trabalho, informamos antecipadamente que o conteúdo desta cartilha traz resumidamente informações relativas às novas regras previstas pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, que alterou de modo significativo a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que trata do Simples Nacional, como veremos adiante.

Tenham uma boa leitura.



### SUMÁRIO

0	NOV	റ വേ	DED	CIMDI	EC

10

- 1 DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA 2018
- 2 RECEITA BRUTA ANUAL DE ATÉ R\$ 4.800.000,00
- 3 DA FORMA DE RECOLHIMENTO DO ICMS E DO ISS NO SIMPLES NACIONAL
- 4 DO REGISTRO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL FEITO POR TERCEIROS
- 5 NOVAS ATIVIDADES INCLUÍDAS NO SIMPLES NACIONAL
- 6 DAS ATIVIDADES IMPEDIDAS DE RECOLHER NA FORMA DO SIMPLES NACIONAL
- 7 DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE CABELEIREIRO, BARBEIRO, ESTETICISTA, MANICURE, PEDICURE, DEPILADOR E MAQUIADOR
- 8 DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS NAS LICITAÇÕES
- 9 DO CRITÉRIO DA DUPLA VISITA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO
- 10 DAS OPERAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
- 11 DO CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA
  DO SIMPLES NACIONAL
- 12 DA FORMA DE TRIBUTAÇÃO NO INÍCIO DA ATIVIDADE
- 13 DA TRIBUTAÇÃO CONFORMEO TAMANHO DA FOLHA DE SALÁRIOS
- 14 CÁLCULO DO FATOR "R"
- 15 DA FORMA DE TRIBUTAÇÃO TRAZIDA
  PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 2016

				ANFXO	
6					

- 17 DAS ATIVIDADES TRIBUTADAS NO ANEXO II
- 18 DAS ATIVIDADES TRIBUTADAS NO ANEXO III
- 19 DAS ATIVIDADES TRIBUTADAS NO ANEXO IV
- 20 DAS ATIVIDADES TRIBUTADAS NO ANEXO V
- 21 DA SEGREGAÇÃO DAS RECEITAS DE EXPORTAÇÃO
- 22 DA RETENÇÃO DO ISS NO MÊS DE INÍCIO DAS ATIVIDADES
- 23 DA RETENÇÃO DA ALÍQUOTADO ISS INFORMADA NO DOCUMENTO FISCAL
- 24 DA FORMA DE PARCELAMENTO NO SIMPLES NACIONAL
- 25 DO INVESTIDOR-ANJO
- 26 DO PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADESPRODUTIVAS DE PEQUENO PORTE URBANAS
- 27 DOS SERVIÇOS CONTRATADOS DE LOGÍSTICA INTERNACIONAL
- 28 DAS LINHAS DE CRÉDITO ESPECÍFICAS
  PARA MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

#### CONCLUSÃO

32

O NOVO
 SUPERSIMPLES

.1

DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA 2018 Entre os atributos para a definição do que seja uma empresa de micro e pequeno porte, está o seu faturamento. Este é um dos pontos alterados pelo novo diploma legal, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2018 (Art. 11, II).

Caracteriza-se como microempresa e empresa de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário, com o devido registro no Órgão de Registros Mercantis ou de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Para que a microempresa possa apurar seu imposto na forma do Simples Nacional, terá de auferir, durante o ano-calendário, uma receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Para a empresa de pequeno porte, a legislação trouxe uma ampliação do limite do faturamento bruto anual para enquadramento, que deverá ser superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

.2

RECEITA BRUTA ANUAL DE ATÉ R\$ 4.800.000,00 A atividade que ultrapassar a receita bruta anual de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), atingindo o valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), durante o ano-calendário de 2017, continuará automaticamente incluída no Simples Nacional. (Art. 79-E).

No mercado interno ou em exportação para o exterior, se essa receita for superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) mensais ou acima desse valor multiplicado pelo número de meses, ou ainda acima de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) anuais, a empresa estará excluída do Simples Nacional.

Com a extrapolação do limite de faturamento para enquadramento no Simples Nacional, a empresa deverá pagar a totalidade ou a diferença dos respectivos tributos devidos em conformidade com as normas gerais de incidência, com efeitos retroativos ao início da atividade (Resolução CGSN 135, de 22 de agosto de 2017)

## .3

DA FORMA DE RECOLHIMENTO DO ICMS E DO ISS NO SIMPLES NACIONAL A partir de janeiro de 2018, o limite máximo do faturamento bruto anual será de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) para efeito do recolhimento do ICMS e do ISS no Simples Nacional. Acima desse limite, deverá ser recolhido o ICMS ou ISS na forma de apuração normal do imposto.

Em 16 de junho de 2017, foi publicada a recomendação nº 6, que trata da adequação das normas legais, pelos Estados, Distrito Federal ou Municípios, relativas à concessão de isenção ou redução do ICMS ou ISS quando estabelecerem valores fixos mensais para o recolhimento desses impostos devidos por microempresa.

## .4

DO REGISTRO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL FEITO POR TERCEIROS A partir de 2018, será considerado Microempreendedor Individual – MEI o empresário individual ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural e que tenha auferido receita bruta no anocalendário anterior de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

Se, por ventura, ocorrer fraude no registro do MEI por terceiros, o pedido de baixa deverá ser feito por meio exclusivamente eletrônico, com efeitos retroativos à data de registro, na forma a ser regulamentada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM. Não será aplicável nesse caso a exclusão de ofício, salvo se verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória.

## 5

NOVAS ATIVIDADES INCLUÍDAS NO SIMPLES NACIONAL Algumas atividades foram incluídas nas novas regras do Simples Nacional, tais como: indústria ou comércio de bebidas, como cervejarias, vinícolas e produtores de licor, desde que não produzam ou comercializem no atacado; serviços médicos, como terapia ocupacional, podologia, odontologia, psicologia, fonoaudiologia, banco de leite; representação comercial, auditoria, economia, consultoria, dentre outras.



DAS ATIVIDADES
IMPEDIDAS DE
RECOLHER NA FORMA
DO SIMPLES NACIONAL

Não podem recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que exerça, além de outras atividades, a de produção ou venda no atacado de bebidas alcoólicas, além de cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes e cervejas sem álcool.

A exceção, com a nova Lei, compreende as atividades de produção ou venda no atacado por micro e pequenas cervejarias, micro e pequenas vinícolas, produtores de licores e micro e pequenas destilarias, que deverão, obrigatoriamente, estar registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e obedecer também à regulamentação da Agência Nacional de Vigilância.

## .7

DAS ATIVIDADES
PROFISSIONAIS
DE CABELEIREIRO,
BARBEIRO, ESTETICISTA,
MANICURE, PEDICURE,
DEPILADOR E
MAQUIADOR

Os valores repassados aos seguintes profissionais: cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador, contratados por meio de parceria, nos termos da legislação civil, não integrarão a receita bruta da empresa contratante para fins de tributação. Caberá ao contratante a retenção e o recolhimento dos tributos devidos pelo contratado.

## **B.**

DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS LICITAÇÕES Por ocasião da participação em certames licitatórios, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidades fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativa.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

## .9

DO CRITÉRIO DA DUPLA VISITA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança, de relações de consumo e de uso e ocupação do solo das microempresas e das empresas de pequeno porte, deverá ser prioritariamente orientadora quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento. Assim, a primeira visita do órgão fiscalizador deverá ser de orientação do empresário para que se adeque à determinada conduta. Posteriormente, caso a empresa não tenha cumprido as orientações, na segunda visita, deverá ser lavrado o auto de infração.

## .10

DAS OPERAÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA A Resolução nº 133, do Comitê Gestor, publicada em 16 de junho de 2017, veio alterar a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, para disciplinar as regras de substituição tributária no Simples Nacional. Segundo disposição contida no texto, o substituído tributário deverá segregar a receita dessa operação como "sujeita à substituição tributária ou ao recolhimento antecipado do ICMS", quando então será desconsiderado, no cálculo do Simples Nacional, o percentual do ICMS.

## .11

DO CÁLCULO DA ALÍQUOTA EFETIVA DO SIMPLES NACIONAL A tributação no Simples Nacional passa a contar com alíquotas progressivas, assim como ocorre com o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A alíquota é maior, mas com desconto fixo específico para cada faixa de faturamento para enquadramento. Assim, o valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais.

Para efeito de determinação da alíquota efetiva, a empresa utilizará a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração:

# $\frac{\text{ALÍQUOTA EFETIVA} = \frac{\text{RBT12xaliq-pd}}{\text{RBT12}}$

#### Onde:

- 1. RBT12 = receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração
- 2. ALÍQ. = alíquota nominal
- 3. PD = parcela a deduzir

#### EXEMPLO: ALÍQUOTAS E PARTILHA DO SIMPLES NACIONAL — COMÉRCIO

RECEITA B	RUTA	ALÍQUOTA	PARCELA
EM 12 (DC	DZE) MESES	NOMINAL	A DEDUZIR
4ª faixa	De R\$ 720.000,01 a R\$ 1.800.000,00	10,70%	

Faturamento da atividade em 12 (doze) meses: R\$ 1.200.000,00

#### Para se achar a alíquota efetiva:

 $\frac{(R\$1.200.000 \times 10,70\%) - R\$22.500)}{R\$1.200.000} = 8,825$ 

Nesse caso exemplificado, a alíquota efetiva corresponde a 8,825%.

#### Para se achar o valor do tributo devido:

Exemplo: faturamento de 150 mil mensais.  $R$150.000 \times 8,825\% = R$13.237,50$ 

.12

DA FORMA DE TRIBUTAÇÃO NO INÍCIO DA ATIVIDADE Para o cálculo da tributação devida na forma do Simples Nacional, em caso de início de atividade, será considerada a receita bruta proporcional ao número de meses no período.

.19

DA TRIBUTAÇÃO
CONFORME O
TAMANHO DA
FOLHA DE SALÁRIOS

As novas alterações legais possibilitaram o fato de uma mesma atividade ser tributada na forma do anexo III ou pelo anexo V. Isso dependerá do tamanho da folha de salários em relação à receita bruta. Dessa forma, se a folha de salários for igual ou superior a 28% da receita bruta, a atividade será tributada na forma do anexo III. Se inferior a 28%, será na forma do anexo V. É o caso, por exemplo, da atividade de fisioterapia que, conforme o caso, será tributada por um ou outro anexo. (Art. 25-A, § 1°, inciso V, com redação dada pela Resolução CGSN n° 135, de 2017)

.14

CÁLCULO DO FATOR "R" Em linhas gerais, o Fator "R" é a relação entre a folha de salários e a receita bruta da empresa para determinar o enquadramento de atividades previstas nos anexos III e V. Se o Fator "R" for igual ou superior a 28%, a atividade será enquadrada no anexo III. Caso o resultado seja inferior a 28%, a escolha será pelo anexo V.

Para fins de determinação do Fator "R", considera-se:

- 1. PA, o Período de Apuração relativo ao cálculo;
- 2. FSPA, a Folha de Salários do PA;
- 3. RPA, a Receita Bruta total do PA;
- 4. FS12, a Folha de Salários dos 12 (doze) meses anteriores ao PA; e
- 5. RBT12R, a Receita Bruta acumulada dos 12 (doze) meses anteriores ao PA, considerando conjuntamente as receitas brutas auferidas no mercado interno e aquelas decorrentes da exportação.

Se a FS12 e a RBT12r forem maiores do que 0 (zero), o Fator "R" corresponderá à divisão entre a FS12 e a RBT12r (Art. 26, § 6°, III, Resolução CGSN n° 94, de 29 de novembro de 2011).

Suponhamos uma situação: Início da atividade em abril de 2017, com os valores da folha de salários mais encargos, o cálculo do Fator "R" corresponderá ao período de abril de 2017 a outubro de 2017; o período de apuração será em novembro de 2017; e o recolhimento do DAS, no dia 20 do mês subsequente, ou seja, dezembro de 2017, conforme demonstração a seguir:

#### FOLHA DE SALÁRIOS

Abril	1	R\$ 22.500,00
Maio	2	R\$ 13.450,00
Junho	3	R\$ 12.025,00
Julho	4	R\$ 22.235,00
Agosto	5	R\$ 13.300,00
Setembro	6	R\$ 13.250,00
Outubro	7	R\$ 13.101,00

TOTAL R\$109.861,00

Para o cálculo do Fator "R", com recolhimento em dezembro de 2017, devemos considerar os valores de abril de 2017 a outubro de 2017, ou seja, os 7 (sete) meses, no total de R\$ 109.861,00.

Dessa forma, a média aritmética da folha de salários mais os encargos será:

 $\frac{R\$ 109.861,00}{7 \text{ (MESES)}} = R\$ 15.694,43$ 

 $R$15.694,43 \times 12 = R$188.333,14$ 

FS12, a folha de salários dos 12 (doze) meses anteriores ao PA).

Dessa forma:

RBT12r > receita bruta acumulada dos 12 (doze) meses anteriores ao PA, considerando conjuntamente as receitas brutas auferidas no mercado interno e aquelas decorrentes da exportação = R\$ 502,200.14.

Cálculo do Fator "R":

 $R = \frac{R\$ 188.333,14}{R\$ 502.200,14} = 0,38$ 

Nesse caso, será aplicado o anexo III (> 28%).

Outras situações:

Para o Fator "R" referente ao período de apuração do mês de início de atividades:

Se a FSPA for > 0 (zero) e a RPA = 0 (zero), o Fator "R" será igual a 0,28 (anexo III).

Se a FSPA for = 0 (zero) e a RPA for > 0 (zero), o Fator "R" será igual a 0,01 (anexo V).

Se a FSPA e a RPA forem > 0 (zero), o Fator "R" corresponderá à divisão entre a FS12 e a RBT12R (exemplo acima).

Para o cálculo do Fator "R" referente ao período de apuração posterior ao mês de início de atividades:

Se a FS12 e a RBT12r forem = 0 (zero), o Fator "R" será igual a 0,01 (anexo V).

Se a FS12 for > 0 (zero), e a RBT12R for = 0 (zero), o Fator "R" será igual a 0,28 (anexo III).

Se a FS12 e a RBT12r forem maiores do que 0 (zero), o Fator "R" corresponderá à divisão entre a FS12 e a RBT12r (exemplo acima).

Se a FS12 for = 0 (zero) e a RBT12r for > 0 (zero), o Fator "R" corresponderá a 0,01 (anexo V).

O Fator "R" também foi utilizado na tabela V-A do anexo V da Lei Complementar nº 123, de 2006. Sua apuração era feita pela divisão entre folha de salários, incluindo os encargos (em 12 meses) e a receita bruta (em 12 meses)

.15

DA FORMA
DE TRIBUTAÇÃO
TRAZIDA PELA LEI
COMPLEMENTAR
Nº 155, DE 2016

Diferentemente da legislação anterior, o tributo no Simples Nacional deixou de ser resultado da simples aplicação da alíquota sobre a faixa de faturamento. Esta, antes considerada alíquota nominal, ainda irá existir, porém, deixará de ser também alíquota efetiva como antes. Agora, será necessário deduzir o valor correspondente à faixa de faturamento para apurar a alíquota efetiva, cujo percentual será diferente do nominal.

Vejamos adiante como então ficaram as novas tabelas de tributação no Simples Nacional que vigorarão a partir de janeiro de 2018.

## .16

DAS ATIVIDADES TRIBUTADAS NO ANEXO I Serão tributadas, conforme a tabela abaixo, as Atividades de Comércio na forma do anexo I a partir de janeiro de 2018.

12 (DOZE) M	ta em eses (em R\$)	ALÍQUOTA	valor a deduzir (em R\$)	
1ª faixa	Até 180.000,00	4,00%		
2ª faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00	
3ª faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00	
4ª faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00	
5ª faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00	
6ª faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00	

.17

DAS ATIVIDADES TRIBUTADAS NO ANEXO II Serão tributadas, conforme a tabela abaixo, as Atividades de Indústria na forma do anexo II a partir de janeiro de 2018.

receita bru <sup>*</sup> 12 (doze) me		ALÍQUOTA	VALOR A DEDUZIR (EM R\$)
1ª faixa	Até 180.000,00	4,50%	
2ª faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,80%	5.940,00
3ª faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,00%	13.860,00
4ª faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,20%	22.500,00
5ª faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,70%	85.500,00
6ª faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,00%	720.000,00

## .18

DAS ATIVIDADES TRIBUTADAS NO ANEXO III As seguintes Atividades de Prestação de Serviços serão tributadas na forma do anexo III a partir de janeiro de 2018.

receita bru <sup>*</sup> 12 (doze) me		ALÍQUOTA	valor a deduzir (em R\$)
1ª faixa	Até 180.000,00	6,00%	
2ª faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	11,20%	9.360,00
3ª faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	13,50%	17.640,00
4ª faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	16,00%	35.640,00
5ª faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	21,00%	125.640,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	648.000,00

- 1. Destacadamente, para fim de pagamento, as receitas decorrentes da locação de bens móveis deduzida a parcela correspondente ao ISS (art. 18, § 4º, V).
- 2. Destacadamente, para fim de pagamento, as receitas decorrentes da comercialização de medicamentos e produtos magistrais produzidos por manipulação de fórmulas sob encomenda para entrega posterior ao adquirente, em caráter pessoal, mediante prescrições de profissionais habilitados ou indicação pelo farmacêutico, produzidos no próprio estabelecimento após o atendimento inicial (art. 18, § 4°, VII, a);

#### Tributação na forma do art. 18, § 5°-B:

- 1. Creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres;
- 2. Agência terceirizada dos Correios;
- 3. Agência de viagem e turismo;

- **4.** Centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;
- 5. Agência lotérica;
- **6.** Serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;
- 7. Transporte municipal de passageiros;
- 8. Escritórios de serviços contábeis;
- 9. Produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, sua exibição ou apresentação, inclusive no caso de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, cinematográficas e audiovisuais:
- 10. Corretagem de seguros.

#### Folha de salários igual ou superior a 28%:

1. Medicina, inclusive laboratorial, e enfermagem.

# Folha de salários igual ou superior a 28% (Tributação na forma do art. 18, § 5°-M):

Outras atividades, listadas a seguir, serão tributadas na forma do anexo III caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da pessoa jurídica seja igual ou superior a 28%.

- 1. Fisioterapia;
- 2. Arquitetura e urbanismo;
- 3. Odontologia e prótese dentária;
- **4.** Psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite;

5. Outras não constantes dos demais anexos.

# Folha de salários igual ou superior a 28% (Tributação na forma do art. 18, § 5°-D):

Outras atividades, listadas a seguir, serão tributadas na forma desse anexo caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da pessoa jurídica seja iqual ou superior a 28%.

- 1. Administração e locação de imóveis de terceiros;
- 2. Academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;
- **3.** Academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;
- **4.** Elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;
- 5. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- **6.** Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;
- 7. Empresas montadoras de estandes para feiras;
- 8. Laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;
- **9.** Serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;
- 10. Serviços de prótese em geral.

# Folha de salários igual ou superior a 28% (Tributação na forma do art. 18, § 5°-J):

Outras atividades, listadas a seguir, serão tributadas na forma desse anexo caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da pessoa jurídica seja iqual ou superior a 28%:

24 . Cartilha do novo supersimples | Lei complementar  $n^{2}$  155, de 2016

- 1. Medicina veterinária;
- **2.** Serviços de comissária, de despachantes, de tradução e de interpretação;
- **3.** Engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodesia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia;
- **4.** Representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros;
- 5. Perícia, leilão e avaliação;
- **6.** Auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração;
- 7. Jornalismo e publicidade;
- 8. Agenciamento, exceto de mão de obra.

.19

DAS ATIVIDADES TRIBUTADAS NO ANEXO IV As seguintes Atividades de Prestação de Serviços serão tributadas na forma do anexo IV a partir de janeiro de 2018.

receita bru 12 (doze) m	ta em eses (em R\$)	ALÍQUOTA	VALOR A DEDUZIR (EM R\$)	
1ª faixa	Até 180.000,00	4,50%		
2ª faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	9,00%	8.100,00	
3ª faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,20%	12.420,00	
4ª faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	14,00%	39.780,00	
5ª faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	22,00%	183.780,00	
5ª faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	828.000,00	

- 1. Construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;
- 2. Serviço de vigilância, limpeza ou conservação;
- 3. Serviços advocatícios.

.20

DAS ATIVIDADES TRIBUTADAS NO ANEXO V As seguintes Atividades de Prestação de Serviços serão tributadas na forma do anexo V a partir de janeiro de 2018. (§ 5°-I do Art. 18)

receita bru 12 (doze) m	ta em eses (em R\$)	ALÍQUOTA	valor a deduzir (em R\$)
1ª faixa	Até 180.000,00	15,50%	
2ª faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	18,00%	4.500,00
3ª faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	19,50%	9.900,00
4ª faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	20,50%	17.100,00
5ª faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	23,00%	62.100,00
5ª faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,50%	540.000,00

#### Folha de salários inferior a 28%

Antes de listá-las, cabe mencionar que estas atividades serão tributadas na forma desse anexo caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da pessoa jurídica seja inferior a 28% (§ 5°-J do Art. 18).

- 1. Medicina veterinária;
- **2.** Serviços de comissária, de despachantes, de tradução e de interpretação;

- **3.** Engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodesia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia;
- **4.** Representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros;
- 5. Perícia, leilão e avaliação;
- **6.** Auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração;
- 7. Jornalismo e publicidade;
- 8. Agenciamento, exceto de mão de obra;
- 9. Outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma dos anexos III ou IV.

Folha de salários inferior a 28% (Tributação na forma do art. 18,  $\S 5^{\circ}-M$ ):

Quando a relação entre a folha de salários e a receita bruta da microempresa ou da empresa de pequeno porte for inferior a 28%, serão incluídas as seguintes atividades nesse anexo:

- 1. Fisioterapia;
- 2. Arquitetura e urbanismo;
- 3. Medicina, inclusive laboratorial, e enfermagem;
- 4. Odontologia e prótese dentária;
- **5.** Psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia, clínicas de nutrição e de vacinação e bancos de leite:

- 6. Administração e locação de imóveis de terceiros;
- 7. Academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;
- **8.** Academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;
- **9.** Elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;
- **10.** Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- 11. Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;
- 12. Empresas montadoras de estandes para feiras;
- 13. Laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;
- **14.** Serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;
- 15. Serviços de prótese em geral.

.21

DA SEGREGAÇÃO DAS RECEITAS DE EXPORTAÇÃO A redução no montante a ser recolhido no Simples Nacional relativo aos valores das receitas segregadas decorrentes de exportação, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico, corresponderá tão somente às alíquotas efetivas relativas a: COFINS, contribuição para o PIS, IPI, ICMS e ISS, apuradas com base nos anexos I a V.

### .22

DA RETENÇÃO DO ISS NO MÊS DE INÍCIO DAS ATIVIDADES Na hipótese do serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início das atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota efetiva de 2%. Se não for informada a alíquota, o percentual ficará em 5%.

### .23

DA RETENÇÃO
DA ALÍQUOTA DO
ISS INFORMADA NO
DOCUMENTO FISCAL

A alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá à alíquota efetiva de ISS a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação. Se não for informada a alíquota, o percentual ficará em 5%.

## .24

DA FORMA DE PARCELAMENTO NO SIMPLES NACIONAL Da oportunidade da sanção da Lei Complementar 155, foi estabelecido um critério para parcelamento de dívidas tributárias para as microempresas e empresas de pequeno porte. Diante disso, as empresas com débitos vencidos até a competência do mês de maio de 2016, constituídos ou não em dívida ativa do respectivo ente federativo, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, tiveram até o dia 10 de março de 2017 para negociar os valores, podendo optar pelo parcelamento em até 120 vezes.

O pedido de parcelamento implicava em desistência compulsória e definitiva do parcelamento anterior, sem restabelecimento dos parcelamentos rescindidos caso não seja efetuado o pagamento da primeira prestação. A solicitação de parcelamento deferido importa confissão irretratável do débito e configura confissão extrajudicial. No caso de parcelamento de débito inscrito em dívida ativa, o devedor pagará custas, emolumentos e demais encargos legais.

Cada valor de parcela não poderia ser inferior a R\$ 300,00. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, foi acrescido de juros equivalentes à taxa Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Em 16 de junho de 2017, foi publicada a Resolução nº 134, do Comitê Gestor do Simples Nacional, que permitiu ao Microempreendedor Individual também a opção de parcelar suas dívidas em até 120 meses, a partir de 3 de julho de 2017, com prestação mínima de R\$ 50,00. Os débitos referiram-se às competências até maio de 2016.

No final do mês de julho de 2017, a Resolução nº 855, do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), trouxe a possibilidade para Micro e Pequenas Empresas, regidas pela Lei Complementar nº 123, de 2006, poderem parcelar seus débitos com o FGTS em até 120 parcelas mensais, sendo o valor mínimo de cada parcela equivalente a R\$ 198,14.

## .25

DO INVESTIDOR-ANJO

As sociedades incentivadas por atividades de inovação e investimentos produtivos, enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, estas regidas pela Lei Complementar nº 123, de 2006, poderão admitir aporte que não integre no capital social. Esse aporte, que não será considerado receita da sociedade, poderá ser realizado por pessoa física ou por pessoa jurídica, denominada investidor-anjo. A finalidade desse fomento deverá constar de contrato de participação que terá vigência não superior a sete anos.

O investidor-anjo não é sócio e não tem qualquer direito de gerência ou voto na administração da sociedade, como também não responde por qualquer dívida, sendo remunerado por seus aportes nos termos do contrato de participação pelo prazo máximo de 5 (cinco anos). Em suma, se não tem participação societária, o investidor-anjo não terá direito de voto e não poderá exercer a gerência da sociedade (art. 1010, 1053 e 1076 do Código Civil).

O investidor-anjo somente poderá exercer o direito de resgate, apurado em balancete especialmente levantado na forma do art. 1031 do Código Civil, depois de decorridos, no mínimo, 2 (dois) anos do aporte de capital, ou prazo superior estabelecido no contrato de participação. Poderá ser transferida a titularidade do aporte de capital para terceiros desde que haja consentimento dos sócios, salvo cláusula contratual expressa em contrário.

A figura do investidor-anjo, que tem como objetivo ajudar as startups (empresas em início de atividades inovadoras) a obter aportes a fim de colocar seus produtos no mercado, está vigente desde 1º de janeiro de 2017.

A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que receber aporte deverá manter Escrituração Contábil Digital (ECD). (Res. CGSN 131/2016)

Quanto à tributação sobre o aporte de capital, veio a ser tratada pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.719, publicada em 21 de julho de 2017, cujos rendimentos têm reduzida a alíquota do IR, conforme o tempo de participação:

- A. 22,5%, em contratos de participação com prazo de até 180 dias;
- B. 20%, em contratos de participação com prazo de 181 dias até360 dias;
- c. 17,5%, em contratos de participação com prazo de 361 dias até 720 dias;
- D. 15%, em contratos de participação com prazo superior a 720 dias.

O investidor-anjo, no final de cada período, fará jus à remuneração correspondente aos resultados distribuídos, conforme definido no contrato de participação, não podendo ser superior a 50% dos lucros da sociedade que receber o aporte de capital.

.26

DO PROGRAMA
DE FOMENTO
ÀS ATIVIDADES
PRODUTIVAS DE
PEQUENO PORTE
URBANAS

Paralelamente ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais para desenvolver projetos produtivos, aumentar a produção de alimentos e melhorar a renda, surge também o Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas com o objetivo de promover a cidadania e de melhorar as condições de vida e de renda de empreendedores em situação de pobreza. O recebimento dos recursos do novo programa, que depende de regulamentação, não compõe a receita bruta para efeito de enquadramento no Simples Nacional, possui caráter temporário e não gera direitos adquiridos.

.27

DOS SERVIÇOS CONTRATADOS DE LOGÍSTICA INTERNACIONAL O regulamento trata sobre serviços contratados de logística internacional por microempresas e empresas de pequeno porte. A aplicação de procedimentos simplificados nas operações de exportação realizadas por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional foi contemplada pelo Decreto nº 8.870, de 5 de outubro de 2016.

Segundo a norma, o operador logístico contratado por beneficiária do Simples Nacional deverá estar habilitado junto à Receita Federal do Brasil, devendo oferecer, no mínimo, os serviços relativos a habilitação, licenciamento administrativo, despacho aduaneiro, consolidação de carga, transporte e armazenamento da mercadoria objeto da prestação do serviço por meio próprio ou de terceiros.

.28

DAS LINHAS DE CRÉDITO ESPECÍFICAS PARA MICROS E PEQUENAS EMPRESAS As instituições financeiras e o BNDES deverão manter linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, vinculadas à reciprocidade social, devendo o montante disponível e suas condições de acesso serem expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados. A reciprocidade social abrange a contratação de jovem aprendiz ou pessoa portadora de deficiência. Essas instituições também deverão publicar balanços e relatórios circunstanciados dos recursos alocados por essas linhas de crédito com as justificativas do desempenho alcançado.

## CONCLUSÃO

Considerando a deterioração do cenário econômico que o País vivenciou nos últimos anos, as alterações previstas pela LC 155/2016 são benéficas para o desenvolvimento dos pequenos negócios no Brasil, uma vez que permitem à empresa crescer sem o receio de mudar abruptamente de faixa de faturamento bruto anual, pagando uma alíquota maior e desproporcional.

Diferentemente das Leis Complementares de número 127, 128, 133, 139, 147 e 154, esse novo diploma legal trouxe alterações significantes para o regime diferenciado do Simples Nacional. Talvez a mais importante delas seja a forma como ficou o pagamento dos tributos, que agora se apresenta com valores a serem deduzidos na apuração que é semelhante ao cálculo do IR da pessoa física.

Outra novidade significativa foi a introdução da figura do investidor-anjo. Uma particularidade sob as regras de mercado que tratam da ajuda das tão faladas startups (empresas em início de atividades inovadoras), que têm o objetivo de obter aportes a fim de colocar seus produtos no mercado.

A nova norma também veio diferenciar a forma de contratação da mão de obra para alguns setores de serviços, que poderão ser tributados de forma diferenciada conforme o tamanho da folha salarial, beneficiando as empresas que mais empregam.

Enfim, esperamos que, por meio da leitura deste trabalho, os interessados possam ter a oportunidade de comparar sua situação atual com as alterações aqui previstas para que possam decidir em qual regime de tributação farão suas adesões. O planejamento tributário é uma importante ferramenta para que a empresa possa identificar qual o melhor regime de tributação (Simples Nacional, Lucro Real e Lucro Presumido), gerando ganhos para o negócio por meio da redução de custos e da otimização dos resultados.

A FecomercioSP disponibiliza na Sala dos Sindicatos, por meio do Portal Relaciona, um simulador tributário que tem como objetivo nortear o empresário sobre o regime de tributação mais adequado para o seu tipo de negócio. Além disso, dispõe de uma equipe de consultores especializados para atuar juntamente com a empresa no desenvolvimento de um planejamento tributário.

### **BIBLIOGRAFIA**

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.35

**NOVIDADES LEGISLATIVAS.** Informativo CNI n 061, Ano 19, 28 de outubro de 2016. Disponível em: <a href="https://www.google.com.br/?gws\_rd=ss-l#q=%22simples+nacional%22+lei+complementar+155+pdf">https://www.google.com.br/?gws\_rd=ss-l#q=%22simples+nacional%22+lei+complementar+155+pdf</a>>. Acesso em: 19/1/2017.

**DIZER DIREITO.** Principais alterações promovidas pela LC 155/2016, que alterou o Simples Nacional. Disponível em <a href="http://www.dizerodireito.com.br/2016/10/principais-alteracoes-promovidas-pela.">http://www.dizerodireito.com.br/2016/10/principais-alteracoes-promovidas-pela.</a> html>. Acesso em: 19/1/2017.

**SABINO**, Jamilson Lisboa; Código Civil Interpretado. Editora Sarai-VA. 2003.

**o investidor-anjo e o simples nacional.** Disponível em <a href="http://www.contabeis.com.br/noticias/30608/o-investidor-anjo-e-o-simples-nacional/">http://www.contabeis.com.br/noticias/30608/o-investidor-anjo-e-o-simples-nacional/</a>>. Acesso em: 03/5/2017.

PRESIDENTE Abram Szajman

SUPERINTENDENTE
Antonio Carlos Borges



Rua Dr. Plínio Barreto, 285 Bela Vista • São Paulo

11 3254-1700 • fax 11 3254-1650

www.fecomercio.com.br

EDITORA E PROJETO GRÁFICO TUTU DIRETOR DE CONTEÚDO ANDRÉ ROCHA MTB 45 653/ SP EDITOR Lucas Mota diretores de arte Clara Voegeli e Demian Russo editora de arte Carolina Lusser designers Laís Brevilheri, Paula Seco, Cíntia Funchal e Rafael Avezedo assistentes de arte Pedro Silvério e Tiago Araujo



